

DOI: [10.46943/VIII.CONEDU.2022.GT07.011](https://doi.org/10.46943/VIII.CONEDU.2022.GT07.011)

PERCEPÇÕES DE PERSONAS TRANS SOBRE ACESSO E PERMANÊNCIA À EDUCAÇÃO NO BRASIL

Francisco Ricardo Miranda Pinto

Doutor em Saúde Coletiva. Docente do Curso de Medicina da Universidade Federal de Catalão – UFCAT, ricardomiranda195@email.com / francisco_pinto@ufcat.edu.br;

RESUMO

A Educação é um dos direitos universais inalienáveis, componente da Declaração Universal dos Direitos Humanos, documento universal e supremo. Seu acesso e permanência é apontado, sem margens de discussão, como sendo responsável pela melhoria na/da qualidade de vida das pessoas, independentemente de qualquer variável social. Desta feita, o objetivo deste é descrever a percepção de Pessoas Trans quanto ao acesso e permanência à Educação no Brasil. Trata-se de um estudo descritivo-exploratório realizado no ambulatório de um hospital de referência para o Processo Transexualizador localizado em Fortaleza, capital do Estado do Ceará. Foi realizado no período de 2018 a 2021, tendo como participantes 04 (quatro) profissionais de saúde que atuam diretamente no atendimento às Pessoas Trans. A coleta dos dados utilizou-se da técnica de produção do Mapa da Empatia e constituição da persona. Seguiu-se um roteiro prévio contendo 07 (sete) itens a serem respondidas e analisadas utilizando a Análise de Conteúdo de Bardin, respeitando os princípios éticos das Resoluções 466/2012 e 580/2018. Segundo as personas o acesso e permanência à educação ainda é percebido e reconhecido como inoperante e principal barreira de desenvolvimento humano, considerando as inúmeras inacessibilidades por ausência de qualificação profissional, preconceito social e de mercado de trabalho além de outros. Urge a necessidade

de reconhecer, respeitar e garantir o acesso à educação por Pessoas Trans por meio de políticas públicas de acessibilidade e inclusão. Isto demanda, indubitavelmente, revisão do modelo sistemático educacional que ainda se mantém enraizado no modelo patriarcal excludente assim como a formação dos trabalhadores da Educação.

Palavras-chave: Acesso, Permanência, Educação, Pessoas Transgêneras, Inclusão.

INTRODUÇÃO

A transexualidade enquanto fenômeno é consideravelmente moderno. Cossi (2011) evoca informações históricas e mitológicas sobre a origem do fenômeno transexual. Frignet (2002) o situa na década de 1952 com o primeiro experimento realizado em Copenhague. No ano seguinte, Herry Benjamim cunharia o termo transexualismo (termo que designa o caráter patológico).

A obra de Stoller (1982) inscreve nas experiências transexuais a nomenclatura travesti. Assim, este texto utilizará Pessoas Trans e/ou Pessoas Transgêneras para se referir a travestis (quem se tranveste com o sexo oposto, modifica o corpo para feminilizá-lo, mas não tem conflitos com sua genitália), transgênero (identidade com o gênero oposto àquele atribuído ao nascimento e reconhecem suas genitálias como problemas às experiências de vida) e transexual (demanda de transição somática com a hormonização e cirurgia de redesignação sexual) (APA, 2014).

De toda forma, as demarcações corporais acima mencionadas e outras foram patologizadas e reconhecidas como dissidentes à norma. Assim, Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis, Transexuais, *Queer*, Intersexuais, Assexuais, Pansexuais, Não Binárias e mais (LGBTQIAPN+) estiveram inscritos como corpos doentes, que requeriam a intervenção da saúde. Em 1990 o homossexualismo é convertido em homossexualidade, em 2018 o transexualismo em transexualidade, de acordo com a Organização Mundial de Saúde (PINTO, 2021).

As decisões da OMS, os impactos se estendem em diferentes áreas do ser e existir. Na saúde, não ser reconhecido como doença, desobriga o Estado de ofertar serviços de saúde que são exclusivos do Sistema Único de Saúde (SUS). No que concerne a aceitação, a realidade epidemiológica do Brasil, que ostenta o título de país que mais mata Pessoas Trans, ampliando, a População LGBTQPIAN+, no mundo, conforme agências internacionais.

Desde que a organização europeia *Transgender Europe* com sede na Alemanha, fundada em 2005 começou a mapear os homicídios de Pessoas Trans através do *Transpecto versus Transphobia Worldwide (TvT)* o *Trans Murder Monitoring* vem ratificando a

liderança do Brasil com mais de 7000 assassinatos na série histórica 2008-2020 (PINTO, 2021).

Quanto à Educação, as instituições de Educação Básica e Ensino Superior andam a passos curtíssimos no que concerne ao reconhecimento dos direitos sociais que são inerentes a todo cidadão brasileiro, segundo a Constituição Federal de 1988. Criticamente, aí mesmo deva coabitar um dos maiores discursos resistentes ao reconhecimento da Identidade de Gênero, se considerar que esta só reconhece o masculino e o feminino atribuído ao nascimento segundo a genitália (BRASIL, 2020).

No campo da ciência, sobressaem-se, em sua maioria, pesquisas que têm relações com o Direito e o ordenamento jurídico, em razão do nome social e/ou acesso aos serviços públicos de saúde, aquelas na área da Psicologia, mas incipientes no acesso e permanência de Pessoas Trans no sistema educacional. É um desafio quantificar Pessoas Trans, pois no Brasil, só agora, depois de intensas discussões que o formulário do Censo vai numeratizar a identidade de gênero, mas por meio de decisão judicial.

A pesquisa desvela relações diretas com a condição de existência do pesquisador enquanto membro da comunidade LGBTQIAPN+ (homem gay) e suas diversas experiências de violência, *bullying*, preconceitos e discriminações tanto enquanto estudante quanto como docente para manutenção dentro do universo escolar. A realidade de Pessoas Transgêneras é ainda mais severa, considerando que não é apenas a sua orientação sexual que é dissidente, mas também a forma como esta se vê no mundo. Isto faz com que as agressões sejam ainda mais severas e forcem à desistência e/ou evasão.

Cientificamente esta se justifica e se torna relevante por contribuir com a literatura incipiente, apesar de várias tentativas envidadas por outre/a/o(s) pesquisadore/a/or(es) em programas de pós-graduação *stricto sensu* que ousam afrontar o sistema e desvelar as diversas situações e condições vividas por pessoas LGBTQIAPN+ no sistema de ensino. Atingir essa contribuição acontece por meio da resposta à pergunta-norteadora 'Como personas descrevem suas experiências no acesso e permanência na escola enquanto espaço de educação formal?' e assim responder ao objetivo de descrever

a percepção de Pessoas Trans quanto ao acesso e permanência à Educação no Brasil.

Dados os motivos expostos anteriormente, convém-se destacar a magnitude política deste texto. Por conseguinte, convencionou-se destacar que está adotada a linguagem neutra. A escrita, quando tratar de pronomes, encerra-se por -e/a/o (neutro-feminino-masculino) e se coincidir da palavra terminar no masculino, a redação manterá a linguagem neutra -e/a/r[e(s)]. A intenção é transpor o discurso que busca manter a hegemonia dos sistemas patriarcais (que atribui poderes a figura paterna, do pai) e cisheteronormativos (predomínio da cisgeneridade, reconhecer-se com a genitália ao nascimento, hetero de heterossexualidade e a ideia de que um sexo/gênero deverá interessar-se pelo seu oposto) alegando que se está assassinando a Língua Portuguesa. Antes, se entende em Cavalcante (2022), que a língua se pauta no movimento dos povos, das sociedades e busca atender as adequações desses. Se não fosse assim, não existiria o neologismo.

Trata-se de um estudo descritivo-exploratório, de abordagem qualitativa, realizado em hospital de referência na oferta do Processo Transsexualizador a Pessoas Transgêneras, no Estado do Ceará. Seus dados foram coletados utilizando a técnica do Mapa da Empatia, aplicada a quatro profissionais que compõem a equipe multidisciplinar. Para contemplar os objetivos da pesquisa foi disponibilizado um roteiro aberto além do pesquisador acompanhando para esclarecer dúvidas. O material coletado foi tratado segundo os preceitos da Análise do Discurso de Bardin (1977) e discutidos à luz de autores que abordam a temática de sexualidade, gênero, corpo, população LGBTQIAPN+.

Os achados dão conta de um sistema que se mantém arraigado nos ideais filosóficos do patriarcado e continua a marginalizar e excluir os corpos que não estão dentro dos paradigmas impostos por aquele sistema como sendo papel social. De maneira análoga o sistema cisheteronormativo contribui para violências simbólicas, físicas e institucionais desenvolvidas no espaço destinado à educação e formação, por profissionais responsáveis por formar e ampliar as oportunidades de acesso ao mercado de trabalho dispondo de formação adequada.

Contudo ao aparato de legislações existentes, que prescrevem que os países, inclusive o Brasil, devem mitigar os índices de analfabetismo, reprovação, desistência e/ou evasão, ainda se tem a escola como espaço que muito mais exclui e marginaliza que contribui para a formação de pessoas LGBTQIAPN+. A partir daí é possível inferir um verdadeiro efeito cascata, considerando que a educação formal tem importante parcela de contribuição na garantia de acesso ao mercado de trabalho. Conclama-se a revisão do sistema educacional e seu modelo arraigado em outros sistemas como o patriarcal e o cisheteronormativo que excluem tudo e tode/a/o(s) que não estão em conformidade com suas determinações.

METODOLOGIA

Este estudo é do tipo descritivo-exploratório de abordagem qualitativa. Os estudos do tipo descritivos possibilitam o contato de/a/o pesquisadore/pesquisadora/pesquisador com a o fenômeno e assim descrevê-lo de forma mais apurada, percebendo as relações existentes entre diferentes variáveis. De maneira, diga-se, complementar, a pesquisa exploratória permite que haja maior ambientação com o objeto de estudo. Em ambos os tipos de pesquisa se tem ausência de rigidez e percepção quanto a exequibilidade, alcances e interpretações da pesquisa (BIROCHI, 2017).

A pesquisa qualitativa tem ganhado notório espaço dentro das diferentes Ciências, pois possibilita a percepção e análise subjetiva da realidade, sem necessariamente prender-se a um 'n' que quantifique e aponte como única forma de validade da pesquisa. Sua execução permite a percepção de elementos socioculturais e históricos, desvela pensamento sobre relações no e com o coletivo, mas a compreensão de si e do universo que lhe cerca, de forma individual. Permite que o simbólico e o subjetivo possam ser expressos (PINTO, 2021; MINAYO, 2014).

O estudo tem como objeto o acesso e permanência de pessoas transgênera a/na educação. É parte integrante da pesquisa de Pós-Graduação *Stricto Sensu* curso de doutorado em Saúde Coletiva intitulada 'Interface entre a subjetividade e a promoção da saúde de Pessoas Trans no processo transexualizador'. Este estudo

maior foi realizado no espaço temporal que compreende os anos de 2018-2021, em Fortaleza – Ceará.

O *lócus* foi um hospital de referência em oferta e atendimento ambulatorial do processo transexualizador. O serviço se destaca por ser o único no estado, atendendo às pessoas transgênera dos 184 (cento e oitenta e quatro) municípios cearenses que conseguem referência para atendimento naquele local. O serviço ambulatorial está alocado na unidade hospitalar de referência em saúde mental do estado.

Os sujeitos da pesquisa foram 04 (quatro) profissionais, 01 (uma) psicóloga, 01 (uma) assistente social e 02 (dois) médicos psiquiatras que compõe aquela equipe que também tem enfermeiros e médicos endocrinologistas. A coleta de dados aconteceu de forma presencial, ainda no 08 de agosto e 18 de setembro de 2019, utilizando a técnica do Mapa da Empatia para a constituição de *personas*.

O Mapa da Empatia é uma ferramenta utilizada nas áreas *Business* e gestão, do Design e Propaganda a partir do produzido pela *Business Model Canvas*. Utilizando aquela ferramenta é possível traçar o perfil do público atendido a partir do olhar, da percepção de quem se propõe a preenchê-la a partir de suas experiências com os representados. Considerar-se-ia a existência de um movimento 180º onde o sujeito sai de si, coloca-se de frente a si e realiza a avaliação de forma externa (PINTO, 2021).

As primeiras dinâmicas de contato se deram com a apresentação de questionário aberto para a recolha dos dados sociodemográficos dos participantes. O instrumento Mapa da Empatia era constituído por 07 (sete) campos de informações: Perfil da *persona*, responsabilidades, o que vê, fala, escuta, faz, escuta, pensa e sente. A coleta de dados se deu com a apresentação e leitura do Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE), devidamente assinado.

Logo em seguida foi entregue aos participantes um exemplar em tamanho A0 juntamente com um roteiro aberto previamente preparado, mas não estanque, com questões norteadoras, de acordo com os objetivos da pesquisa. As *personas* serão identificadas por Resistência, Destemida, Desamparo e Incógnita, atribuídos pelos participantes que as constituíram.

Todos os protocolos requeridos às pesquisas com seres humanos foram adotados, o estudo passou por duas fases de análises institucionais, conforme preconizado pelas Resoluções 466/2012, 560/2016 e 580/2018 (BRASIL, 2012; 2018a). A primeira foi no Centro de Estudos da unidade hospitalar, onde teve anuência da gestão para sua execução e a segunda foi no Comitê de Ética e Pesquisa com Seres Humanos da Universidade de Fortaleza (COÉTICA – UNIFOR) onde recebeu parecer favorável de aplicação sob Nº 3.417.072 e CAAE 15506019.0.0000.5052.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

Resistência, Destemida, Desamparo e Incógnita foram as *Personas Trans* criadas pelos profissionais que se autodescrevem em condição de vulnerabilidade social, sofrimento psíquico e dificuldades nas relações familiares, considerando os vínculos frágeis. Não diferente, as *personas* descrevem conflitos coletivos. São demandantes da necessidade de acesso e permanência no processo transexualizador ofertado por aquela unidade de saúde, bem como da empatia da equipe que compõe o ambulatório.

As manifestações iniciais expressam certo desapontamento com instituições que deveriam zelar pela integridade física das pessoas, sobremaneira pelo seu caráter sociocultural e histórico na constituição do sujeito. Nos deteremos em buscar compreender como a dinâmica de acesso e permanência na instituição escola poderão ter impactos diretos em diferentes dimensões que constituem aquelas *personas*.

Inúmeros são os discursos que procuram hegemonia, considerando as Pessoas Trans como aberrações, não normais, que fogem à norma. Tecem falas absurdas, a exemplo de Aardweg (2000), pelo fato de que aqueles corpos não atendem ao que o padrão heterocisnormativo lhe impôs através do discurso médico que, ao nascimento, lhe definiu/decidiu/crivou a obrigação de atender ao papel social instituído ao corpo biológico macho ou fêmea. Não é tolerável que não se cumpra com o que está determinado pelo biologicismo (PINTO, 2021; LOURO, 2020).

Optamos em iniciar este debate por esta vertente para que possamos pensar e compreender como a instituição família é

'forçada' a ser a primeira a marginalizar. Pode parecer estranho mencionar o forçar, mas é uma realidade, pois famílias que não seguem esse padrão são canceladas (excluídas) dos padrões normais e perdem espaço dentro de outras instituições tão históricas quanto elas. Mencione-se a escola, que se preocupa em higienizar em seu discurso quaisquer perspectivas que fujam à norma.

Pinto (2021) menciona que a escola ensina, desde a mais tenra idade, em práticas, atividades e discursos pedagógicos docentes que menino tem "piu-piu", menina tem "baratinha". E não para por aí!! Este mesmo discurso prega o que é brincadeira de menino, o que é brincadeira de menina, em síntese, instrui precocemente a separar corpos por genitálias e não pela forma se identificam em seu papel social, segundo sua visão de mundo (LOURO, 2020).

Considerando o exposto, Incógnita relata em seus atendimentos seu sofrimento com o próprio corpo, pois se percebe:

Como uma criatura diferente que gera curiosidade por onde passo. O que gera profundo mal-estar. Há dificuldade de lidar com o "olhar" do outro. Experimento maus-tratos, violência, discriminação, preconceito. Tenho medo que as pessoas venham a me agredir fisicamente, [...], medo de ser exposta e ridicularizada por ser quem sou, pelo que sinto, pela minha sexualidade. que chama a atenção de todos dificuldade de lidar com o olhar do outro. (Incógnita)

A escola é uma instituição que controla os corpos que adentram seus portões. Dentro de seus muros estudantes de todas as idades devem cumprir suas regras, permanecerem vigilantes aos seus atos e gestos, aptos a submeterem-se às suas normas, ao seu controle. Impera o discurso que sobressai ações e atitudes heterocisnormativas. A instituição que deveria acolher, educar para a diversidade (que não se resumem só às deficiências), se torna, majoritariamente, o pior local para Pessoas Trans. Despreza, desmoraliza, julga, exclui, marginaliza todos os corpos, atitudes, comportamentos que não sigam às normas, que está fora do natural (LOURO, 2018; 2020a; 2020b; FOUCAULT, 2019).

É este posicionamento que a sociedade aguarda da escola, corrigir desvios, educar, manipular, alterar comportamentos, vigiar e punir para que estes corpos atendam as ações, posicionamentos e

posturas a este atribuído segundo a genitália e/ou gênero atribuído ao nascimento. Compete a escola fazer cumprir determinações, zelando pelas condutas em seu interior, devolvendo à sociedade homens e mulheres no sentido patriarcal da palavra (GOFFMAN, 2017). Há na fala de Desamparo o mesmo medo:

Tenho medo de manifestação de preconceito, rejeição fora de casa, em espaços e instituições públicas. (Desamparo)

O excerto da entrevista que Kátia, homem trans, concedeu a pesquisadora Berenice Bento advoga com o que é previsto pelos autores antes mencionado:

Na escola, quando me chamavam de veado ou de macho-fêmea, eu chorava, me afastava de todo mundo, não saía para o recreio. Eu só tenho a terceira série completa. Eu parei em 96... Eu parei de estudar no meio da quarta série. Notas boas... por causa desse preconceito que não aguentava. Não agüentei o preconceito de me chamarem de macho-fêmea, de veado, de travesti, essas coisas todas. (Kátia, excerto disponível na obra de Berenice Bento, 2006, p. 208).

É importante lembrar que a instituição escola é, pela gama de definições, o espaço destinado ao processo de inserção do sujeito na cultura, no mundo letrado. Deve favorecer o desenvolvimento humano em todas as suas dimensões, escolarizando, possibilitando o processo ensino-aprendizagem, acolhendo, incluindo.

O modelo de escola vigente pedagogiza os corpos, adentra-os a seguir regras sociais impostas por discursos socioculturais, performar condutas e comportamentos aceitos pelos padrões sociais. Assim esse espaço busca moldar o corpo trans, internalizando o que performar de acordo com o que se espera de seu papel social. Na escola, o estigmatizado deve se reconhecer, se reeducar para ser o indivíduo completo, o normal, o que atende às normas (LOURO, 2018; 2020a; 2020b).

Pinto (2021) relata o medo que mães de filhe/a/o(s) trans tem quanto ao espaço institucional escolar. Sobressaem questões peculiares como o desrespeito e obstrução do uso do banheiro segundo a identidade de gênero, o desrespeito ao uso do nome social,

conforme previsto em legislação que trata sobre a obrigatoriedade em todas as repartições públicas, as violências verbais e até físicas materializadas no *bullying*.

Estes são, de fato, discursos estruturantes, permissivos às violências de gênero. Reiteram as dificuldades impostas aos corpos trans no uso de espaços exclusivos de gêneros masculino ou feminino como é o caso do banheiro, local inclusive onde ocorrem atos violentos. Não é só a privação de um acesso, é o impedimento de realização de ações que compõem o rol de necessidades humanas diárias como fazer xixi, defecar. Isso não importa no outro. Meninos e meninas com consciência de sua cisgeneridade não toleram a presença de Pessoas Trans. Sentem-se invadidas quanto a sua intimidade, quando da presença de uma menina-adolescente-mulher trans e/ou travesti.

É necessário classificar como violência os casos em que o uso do nome social e o respeito à forma como a pessoa se identifica são descumpridos. Apesar de existir, no Brasil, legislação como a Resolução nº 270/2018 do Conselho Nacional de Justiça (CNJ) que garanta o direito de ser evocado como se é, tanto na frequência quanto em todos os demais documentos escolares, por docentes, profissionais de outros quadros e discentes, na prática ainda se lesa a lei e ofende Pessoas Trans (BRASIL, 2018b).

A escola ainda funciona como espaço deliberadamente aberto à execução de diferentes formas de violência contra o corpo trans que não se adequa à norma. Foucault (2014); Louro (2020) reificam o caráter vigiador, punitivo, excludente da escola. São muitas as formas de ser violentado/a/o ali, externa ou internamente: não ter acesso, ter acesso sem respeito a sua orientação sexual ou identidade de gênero, ter acesso e ter desacatado o uso do nome social.

Tão verdadeiras são as afirmativas de que a escola se configura como um espaço impróprio para estudantes trans que é possível enumerá-las:

- i. Censos escolares numeratizam meninos e meninas, alunos e alunas, considerando exclusivamente a classificação segundo a matriz binária macho e fêmea.
- ii. O analfabetismo entre Pessoas Trans segue ignorado, invisibilizado, enquanto corpos trans vão sendo marginalizados, violentados, expulsos da escola, simplesmente porque seu

- comportamento e performance destoam do papel social esperado;
- iii. Não é dado, quando de matrículas, outra opção que não masculino/feminino;
 - iv. Pais e filhos não têm suporte escolar para os enfrentamentos da descoberta da transição de gênero;
 - v. Os dados de acesso de Pessoas Trans e travestis ao ensino superior ainda é ignorado assim como na Educação Básica;
 - vi. É considerável, quase contáveis os números de docentes trans e travestis em quaisquer níveis e/ou modalidades de ensino.

Temos, portanto, um espaço onde sobressai o preconceito, a discriminação. A não escolaridade coloca a pessoa trans à margem de não compreender seus direitos previstos em leis. É a dependência da interpretação do mundo letrado pelo outro. Há uma força motriz, o *bullying*, que conduz Pessoas Trans para fora da escola, para a realidade do analfabetismo que impactará no acesso ao mercado de trabalho (LOURO, 2020).

Pinto e Bruns (2014) relatam, em 04 (quatro) entrevistas concedidas por Pessoas Trans, como foram suas lutas contra os preconceitos da escola e seus movimentos excludentes praticados pela comunidade estudantil. Lúcia desistiu da escola na 8ª série; Vitória foi 'denunciada' pela professora como tendente ao homossexualismo (reitere-se que este termo não é mais usado, considerando que a Organização Mundial da Saúde reconhece a homossexualidade como condição de existência e não doença); Lorena teve negada sua inscrição porque a direção alegou que ela seria problema para a escola; Joyce não ia às aulas de Educação Física, nem usava o banheiro da escola.

Ocupando lugar de pessoas estigmatizadas, marcadas socialmente por discursos e símbolos que lhes excluem do que socialmente se considera como aceito (GOFFMAN, 2017), as Pessoas Trans ocupam espaço de desprivilegio e assim são condicionadas a não terem oportunidades de acesso aos serviços básicos de educação, emprego, renda e saúde.

Há extensa literatura que aponta como a escola é marginalizadora da população trans. Miranda (2010) ratifica que as atos

e atitudes excluem grupos específicos de estudantes; Junqueira (2012) utiliza-se, inclusive do termo “rede de exclusão” e aponta questões psicoemocionais que estimulam estudantes a desistir da continuidade dos estudos; Andrade (2012) reitera o não uso do nome social como fator contributivo à desistência/evasão, reitera o sofrimento de travestis nas escolas cearenses e os atravessamentos vividos;

Aqueles corpos considerados abjetos, são pessoas que precisam lutar ininterruptamente contra um sistema que as invisibiliza e as nega direitos cidadãos pelo fato de insurgirem a este. São pessoas que lutam dentro de uma instituição que tem buscado desde então pelo higienismo social, pactuam de um contrato regido por discursos sociais que orquestram, na verdade, a expulsão do corpo transexual e travesti. Esta expulsão é utilizada, pelo discurso heterocisnormativo colonialista, para culpar e justificar que se não frequentaram a escola foi porque não quiseram e não resultante de suas forças (ANDRADE, 2012; ITAQUI; ZILLOTTO, 2021)

A evasão/desistência/expulsão em qualquer momento da Educação Básica furta, de Pessoas Trans, a continuidade nos estudos. Os impactos são diretos. O acesso à Educação Superior se torna um sonho ainda mais distante. Muitos são os dispositivos e mecanismos utilizados: Projeto Escola Sem Partido, já considerado institucional pelo Superior Tribunal Federal, naturalizador da violência e talvez do ódio, da transfobia (PINTO, 2021; BENTO, 2011).

Um estudo feito na Universidade Federal de Minas Gerais com 138 travestis e transexuais trabalhadoras do sexo que:

6,5% (8) não passaram da 4ª série do Ensino Fundamental; 25,4% (35) estudaram entre a 5ª e a 8ª série do Ensino Fundamental; 59,4% (82) estudaram até o 3º ano do Ensino Médio. Quanto ao Ensino Superior: 6,5% (9) declararam tê-lo iniciado sem, no entanto, ter se formado; apenas 2,2% (3) responderam possuir o Ensino Superior Completo. 0,7% (1) encontravam-se na alfabetização de adultos, no período de aplicação do questionário. Ou seja, 91,3% das entrevistadas não passaram do Ensino Médio. (SCOTE, 2017, p. 26)

São corpos, pessoas, Pessoas Trans constituídas de suas subjetividades, com angústias sociais tolhidos quanto a viver e usufruir de seus direitos cidadãos vigentes na Carta Magna do Brasil, são silenciados e renegados, subalternizados, negados seu lugar e direito de fala, não tem seus sofrimentos psíquicos avindos da disforia de gênero mitigados e assim vão lutando a cada dia por firmar-se em um cenário social que lhes impede de exercer sua cidadania. Ao mesmo instante que são obrigados a exercê-la com o pagamento de impostos, que são reconhecidos como público consumista são invisibilizados em seu direito de ir e vir.

A realidade vivida pelas participantes do estudo de Scote se materializa na fala de Resistência ao apontar que dentre os assuntos mais comentados pelas Pessoas Trans atendidas naquele ambulatório está a “[...] dificuldade na inserção na academia”. Aquele medo não era em vão. Naquele mesmo ano, especificamente em 07/2019 a Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira lançou o Edital 29/2019 com processo seletivo específico para Pessoas Transgêneras e intersexuais. O propósito era ofertar/garantir que vagas remanescentes e não preenchidas pudessem garantir acesso e permanência daquelas na Educação Superior (UNILAB, 2019).

O governo de Jair Messias Bolsonaro (2019-2022), declaradamente inimigo de ações afirmativas às Pessoas Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis, Transexuais, *Queer*, Intersexuais, Assexuados, Pansexuais e mais (LGBTQIAPN+) interveio por meio do Ministério da Educação do Brasil (MEC) à Procuradoria Geral da República assim como a Advocacia Geral da União para que o processo foi impugnado. O intento obteve êxito através do Parecer n.00081/2019/GAB/PFUNILAB/PGF/AGU que desaprovou, suspendeu e anulou o Edital (BRASIL, 2019)

Em tempo, convém destacar que a Associação Nacional dos Dirigentes das Instituições Federais de Ensino Superior (ANDIFES) aponta, através da 5ª Pesquisa Nacional de Perfil Socioeconômico e Cultural dos Graduandos das Instituições Federais de Ensino Superior, que apenas 0,2% do corpo discentes das IFES são pessoas transexuais, transgênero e travestis (ANDIFES, 2019).

Ainda assim, a luta se mantém resistente. Nos governos de Estado acontecidos quando eram presidentes Luís Inácio Lula da

Silva e Dilma Rousseff, 2003 a 2016, ações legislativas, marcos regulatórios, políticas públicas de saúde, de educação etc., procuram ampliar o reconhecimento e a visibilidade das pessoas LGBTQIAPN+ de maneira geral, com enfrentamento ao preconceito, a discriminação, a lesbohomotransfobia.

Citem-se o Projeto Kit Antihomofobia, contestado em 2016; Projeto Brasil sem Homofobia, Plano Nacional de Promoção da Cidadania e Direitos Humanos LGBT, Política Nacional de Atenção Integral à Saúde de Lésbicas, Gays, Bissexuais, Transexuais e Travestis, Lei do Uso do Nome Social, mais recentes a Inconstitucionalidade dos Projetos de Lei, Projetos de Emenda à Constituição, Medidas Provisórias que proíbem a cátedra docente no sistema brasileiro de ensino abordando gênero e sexualidade. Mais recentemente são 11 (onze) ações coletivas para promoção de educação para Pessoas Trans acessarem a Educação Superior (ITAQUI; ZILLOTTO, 2021).

Estes corpos são pessoas com suas dinâmicas e atividades que na ausência do sistema educacional tendem a não ter escolarização, como consequência não tem 'vagas' no mercado de trabalho, se sujeitando a viver no submundo da prostituição, imputando aos seus corpos melhoramentos que lhe permitam a passabilidade e a proximidade com o corpo que se identifica, às vezes até morrem em razão dessas imputações (KULICK, 2008).

A falta de trabalho ou sua existência de forma irregular, sem garantia de renda mínima mensal é fator de impacto na vida e na qualidade de vida individual e coletiva. Autores como Maslow (1954), Dahlgren e Whitehead (1991) situam educação, emprego e renda como Necessidades Humanas Básicas e Determinantes Sociais de Saúde. Consta, também, na Constituição Federal do Brasil (BRASIL, 2020) a garantia de que emprego e renda é direito cidadão e obrigação do Estado garanti-los.

A realidade da falta de emprego não é só das Pessoas Trans, apenas deste estrato social, mas dele especificamente trata-se aqui. O não acesso ao espaço profissional formal leva Pessoas Trans a rua, local onde esta minoria encontra acolhimento ao seu corpo e ao seu ser como é e, variavelmente, na adolescência já busca na

'pista'¹ os rendimentos que lhes poderão garantir o mínimo para subsistência.

A percepção aqui alcançada foi confirmada por Rocon et al (2018) no estudo realizado com 15 Pessoas Trans no Espírito Santo que também encontram na prostituição a possibilidade de solucionar suas vulnerabilidades sociais. Convém destacar que à exceção de Pessoas Trans acompanhantes de luxo, a maioria daqueles/daquelas que se submetem a esta forma desumana de trabalho estão sujeitas às mais diferentes vulnerabilidades, violências tanto entre elas mesmas como com seus exploradores, os cafetões, as cafetinas, mais ainda com seus clientes. Neste texto a relação trabalhador/e/a do sexo e Pessoas Trans não tem conotação de generalizar e dizer que todas as travestis e transexuais vão atuar na vida da 'pista'.

Não ter emprego e renda tem relações diretas com outras condições sociais e institucionais. A escola tem a dupla responsabilidade de formar para a vida social e profissional. Entretanto, sendo um Aparelho Ideológico do Estado (AIE), reforça e segrega os corpos trans, negando-lhes o direito constitucional à educação, com severas consequências no seu acesso ao mercado de trabalho formal.

Conquanto àquele/a que tem Ensino Superior, em uma sociedade cis normativa, heterossexista, ainda não tem a garantia de que há facilidades em acessar o mundo profissional que segrega, até mesmo, as mulheres cis heterossexuais. Enquanto o Processo Transexualizador dá passabilidade social, a escolar o faz para o emprego e renda. Souza et al (2015; 2021) ratificam o que vem sendo discutido ao dizer que a passagem das Pessoas Trans pela escola é parte da rota de violência vivida.

A necessidade de conhecimento tem relação direta com a saúde. No Brasil, Canavese et al (2018) desenvolveu e ofertou curso ofertado sobre a saúde da População LGBTQIAPN+ na modalidade EaD via plataforma MOOC. A iniciativa visava garantir formação na própria área de saúde. Os resultados de acesso e finalização

1 O termo 'na pista' é comumente mencionado por trabalhadora/es do sexo para fazer referência aos conhecidos pontos onde estes se colocam como em uma vitrine e oferecem seus serviços. Esta pista não tem proteção contra o frio, a chuva, a violência gratuita, clientes que não querem pagar e, porque não dizer, da morte.

desvelaram que, embora indo por outra vertente, a maior parcela de pessoas a fazer o curso sobre a saúde dessa minoria são as pessoas que se consideram cisgênera enquanto as Pessoas Trans têm uma baixíssima adesão.

Não é que as Pessoas Trans não queiram aprender melhor sobre si e sua saúde. Ao invés de refletir que trans não estão preocupadas com a própria saúde, é importante refletir o quanto a falta de escolaridade tem impactos negativos na vida e na qualidade de vida destas pessoas que se quer conseguem promover o autocuidado orientado pela formação dita formal, acadêmica.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Das instituições que aqui foram mencionadas como transfóbicas, a escola provavelmente chegue a superar, ou esteja no mesmo patamar que a família. São docentes, discentes, funcionários de diferentes categorias que atacam e/a/o(s), de maneira geral, estudantes LGBTQIAPN+, sobremaneira trans (sem diminuir o sofrimento de lésbicas e gays) que apresentam comportamentos que transgridem o sistema.

São atos, palavras, discursos que vão minando a autoestima da criança, do adolescente, do jovem, do adulto trans, em um movimento orquestrado para lhes expulsar, lhes violentando e impingindo a crer de que aquele espaço não é para eles, que ali é um espaço de meninos e meninas que agem como tal, sem desvios entre o ser (papel social), agir (comportamento) e o corpo (genitália).

Segundo as personas o acesso e permanência à educação ainda é percebido e reconhecido como inoperante e principal barreira de desenvolvimento humano, considerando as inúmeras inacessibilidades por ausência de qualificação profissional, preconceito social e de mercado de trabalho além de outros. Urge a necessidade de reconhecer, respeitar e garantir o acesso à educação por Pessoas Trans por meio de políticas públicas de acessibilidade e inclusão. Isto demanda, indubitavelmente, revisão do modelo sistêmico educacional que ainda se mantém enraizado no modelo patriarcal excludente assim como a formação dos trabalhadores da Educação.

Urge a necessidade de ressuscitar projetos, ações e iniciativas aqui mencionados que outrora respeitaram as identidades de gênero e as orientações sexuais e resistir a forma como a escola tem sido utilizada para manter a higienização, pedagogização, docilização dos corpos. É preciso insurreição contra diferentes atos legisladores que tentam encarcerar, cercear o discurso do emissor – o professor – bem como sua prática pedagógica. Precisam cessar as ameaças de encarceramento físico caso insurja-se ao sistema que diz que sexualidade, sexo, gênero e suas relações são de exclusividade da família.

É preciso uma nova ordem de pensamento, de compreensão do papel das instituições escolares no desenvolvimento intelectual, no capital cultural e humano. Para tal, estas precisam se desprover de discursos baseados em uma perspectiva sexista, biologicista e que beneficia exclusivamente a um grupo e não a humanidade.

REFERÊNCIAS

AARDWEG, G. J. M. V. D. **A batalha pela “normalidade” sexual e homossexualidade**. Tradução de Orlando dos Reis. Aparecida, SP: Editora Santuário. 2000.

AMERICAM PSYCHIATRIC ASSOCIATION. **Manual diagnóstico e estatístico de transtornos mentais [recurso eletrônico]: DSM-5**. Tradução de Maria Inês Corrêa Nascimento et al. 5. ed. Porto Alegre: Artmed, 2014. E-book. Disponível em <http://www.niip.com.br/wp-content/uploads/2018/06/Manual-Diagnostico-e-Estatistico-de-Transtornos-Mentais-DSM-5-1-pdf.pdf>. Acesso em 25 agosto 2022.

ANDRADE, L. N. **Travestis na escola: assujeitamento e resistência à ordem normativa**. Tese. 279f. Doutorado em Educação. Faculdade de Educação. UFC. Ceará, 2012. Disponível em <https://repositorio.ufsc.br/bitstream/handle/123456789/131976/tese%20Luma%20Andrade.pdf?sequence=1&isAllowed=y>. Acesso em 15 nov 2022.

ASSOCIAÇÃO NACIONAL DOS DIRIGENTES DAS INSTITUIÇÕES FEDERAIS DE ENSINO SUPERIOR. **V Pesquisa Nacional de Perfil Socioeconômico e Cultural dos (as) Graduandos (as) das IFES – 2018**.

Brasília: UFU, 2019. Disponível em pesquisa-andifes-perfil-graduandos-2018.pdf (uol.com.br). Acesso em 10 nov 2022.

BARDIN, L. **Análise de conteúdo**. Lisboa: Edições 70, 1977.

BENTO, B. **A reinvenção do corpo**: sexualidade e gênero na experiência transexual. Rio de Janeiro: Garamond, 2006, p. 208.

BENTO, B. Na escola se aprende que a diferença faz a diferença. **Revista Estudos Feministas**, v. 19, n. 2, p. 548-559, out., 2011. DOI: <https://doi.org/10.1590/S0104-026X2011000200016>. Acesso em 22 nov 2022.

BIROCHI, R. **Metodologia de estudo e de pesquisa em administração**. Florianópolis: Departamento de Ciências da Administração/UFSC, 2017. Disponível em http://arquivos.eadadm.ufsc.br/somente-leitura/EaDADM/UAB_2017_1/Modulo_1/Metodologia/material_didatico/Livro%20de%20Metodologia%20da%20Pesquisa.pdf. Acesso em 20 nov 2022.

BRASIL. Conselho Nacional de Saúde. **Resolução Nº 466, de 12 de dezembro de 2012**. Disponível em <http://conselho.saude.gov.br/resolucoes/2012/Reso466.pdf>. Acesso em 20 ago 2022.

BRASIL. Conselho Nacional de Saúde. **Resolução Nº 580 de 22 de março de 2018a**. Disponível em <http://conselho.saude.gov.br/resolucoes/2018/Reso580.pdf>. Acesso em 20 ago 2022a.

BRASIL. Conselho Nacional de Justiça. **Resolução nº 270 de 11/12/2018b**. Dispõe sobre o uso do nome social pelas pessoas trans, travestis e transexuais usuários dos serviços jurídicos, membros, servidores, estagiários e trabalhadores terceirizados dos tribunais brasileiros. Brasília-DF: Conselho Nacional de Justiça, 11 dez. 2018b. Disponível em <https://atos.cnj.jus.br/atos/detalhar/2779>. Acesso em 22 nov. 2022.

BRASIL. Advocacia Geral da União. **Parecer nº 00081/2019/GAB/PFUNILAB/PGF/AGU**. Disponível em <https://sapiens.agu.gov.br/documento/288475026> (uol.com.br). Acesso em 04 set 2022.

BRASIL. Constituição Federal de 1988. **Constituição da República Federativa do Brasil**: texto constitucional promulgado em 5 de outubro de 1988, compilado até a Emenda Constitucional nº 105/2019. Brasília: Senado Federal, Coordenação de Edições Técnicas, 2020. *E-book*. Disponível em https://www2.senado.leg.br/bdsf/bitstream/handle/id/566968/CF88_EC105_livro.pdf. Acesso em 22 set 202.

CAVALCANTE, S. A morfologia de gênero neutro e a mudança acima do nível de consciência. In.: BARBOSA FILHO, F. R.; OTHERO, G. A. **Linguagem "Neutra"**: Língua e gênero em debate. São Paulo: Parábola, 2022. Capítulo 04, pp: 73-94.

CANAVESE, D. et al. Health and sexual rights: design, development, and assessment of the Massive Open Online Course on Lesbian, Gay, Bisexual, Transgender, and Intersex Health Promotion in Brazil. **Telemed J E Health**, v. 26, n. 10, pp. 1271-1277, oct., 2020. DOI: <https://doi.org/10.1089/tmj.2019.0232>. Acesso em 22 set. 2022.

COSSI, R. F. **Corpo em Obra**: Contribuições para a clínica psicanalítica do transexualismo. São Paulo, 2011.

FOUCAULT, M. **Vigiar e punir**: nascimento da prisão. 42. ed. Rio de Janeiro: Vozes, 2014.

FOUCAULT, M. **Microfísica do Poder**. Rio de Janeiro/São Paulo: Paz e Terra, 2019.

FRIGNET, H. **O transexualismo**. Tradução Procópio Abreu. Rio de Janeiro: Companhia de Freud, 2002.

GOFFMAN, E. **Estigma**: notas sobre a manipulação da identidade deteriorada. Tradução de Márcia Bandeira de Mello Leite Nunes. 4.ed. [reimp.]. Rio de Janeiro: LTC, 2017.

ITAQUI, C.; ZILLOTTO, D. M. A Experiência do Curso TransENEM e o Acesso à Educação Superior. **Diversidade e Educação**, [S. l.], v. 8, n. 2, p. 46-73, 2021. DOI: <https://doi.org/10.14295/de.v8i2.12081>. Acesso em 5 nov. 2022.

JUNQUEIRA, R. D. Pedagogia do armário e currículo em ação: heteronormatividade, heterossexismo e homofobia no cotidiano escolar. In: MISKOLCI, Richard (org.). **Discursos fora de ordem: deslocamentos, reinvenções e direitos**. São Paulo: Annablume. 2012, p. 277-305.

KULICK, D. **Travesti: prostituição, sexo, gênero e cultura no Brasil**. Tradução de Cesar Gordon. Rio de Janeiro: Fiocruz, 2008.

LOURO, G. L (org.). **O corpo educado: pedagogias da sexualidade**. Tradução de Tomaz Tadeu da Silva. 4. ed. Belo Horizonte: Autêntica, 2018.

LOURO, G. L. **Gênero, sexualidade e educação: Uma perspectiva pós-estruturalista**. 16. ed. 8. reimpress. Petrópolis-RJ: Vozes, 2020a.

LOURO, G. L. **Um corpo estranho**. 3. ed. ver. amp.; 2 reimp. Belo Horizonte: Autêntica: Argos, 2020b.

MINAYO, M. C. S. **O desafio do conhecimento: pesquisa qualitativa em saúde**. 14. ed. São Paulo: HUCITEC, 2014.

MIRANDA, S. A. **Diversidade e ações afirmativas: combatendo as desigualdades sociais**. Belo Horizonte: Autêntica, 2010.

PINTO, M. J. C.; BRUNS, M. A. T. **Vivência Transexual: O corpo desvela seu drama**. Campinas-SP: Átomo, 2014.

PINTO, F. R. M. **Interface entre a subjetividade e a promoção da saúde de pessoas trans no processo transexualizador**. 263fls. (Tese de Doutorado). – Centro de Ciências da Saúde. Universidade de Fortaleza. Fortaleza, 2021. Disponível em Tese.pdf (unifor.br). Acesso em 20 nov. 2022.

REIDEL, M. **A Pedagogia do Salto Alto: histórias de professoras transexuais e travestis na Educação Brasileira**. Dissertação. 163f. Faculdade de Educação. UFRGS. Rio Grande do Sul, 2013. Disponível em <https://www.lume.ufrgs.br/bitstream/handle/10183/98604/000922589.pdf?sequence=1&isAllowed=y>. Acesso em 15 nov 2022.

ROCON, P. C. et al. O que esperam pessoas trans do Sistema Único de Saúde? **Interface**, v. 22, n. 64, jan./mar. 2018. Disponível em <https://doi.org/10.1590/1807-57622016.0712>. Acesso em 20 set 2022.

SCOTE, F. D. **Será que temos mesmo direitos a universidade?** O desafio do acesso e a permanência de pessoas transexuais no ensino superior. 152fls. Dissertação de mestrado (Mestrado em educação) – UFSCar. Sorocaba/SP, 2017. Disponível em SCOTE_Fausto_2017.pdf (ufscar.br). Acesso em 22 nov 2022.

SOUZA, M. H. T. et al. Violência e sofrimento social no itinerário de travestis de Santa Maria, Rio Grande do Sul, Brasil. **Cad. Saúde Pública**, Rio de Janeiro, v. 31, n. 4, p. 767-776, abr. 2015. Disponível em <https://doi.org/10.1590/0102-311X00077514>. Acesso em 22 set. 2022.

SOUZA, M. H. T. et al. Post-mortem violence against travestis in Santa Maria, Rio Grande do Sul, Brazil. **Cad. Saúde Pública**, Rio de Janeiro, v. 37, n. 5, pp. e00141320, 2021. Disponível em <https://doi.org/10.1590/0102-311X00141320>. Acesso em 20 out 2022.

STOLLER, R. J. **A experiência transexual**. Rio de Janeiro: Imago, 1982.

TRANSRESPECT VERSUS TRANSPHOBIA WORLDWIDE. **Trans Murder Monitoring: TMM Absolute Numbers**. Berlim: TTT Project, 2021. Disponível em <https://transrespect.org/en/map/trans-murder-monitoring/>. Acesso em 22 set. 2022.

UNIVERSIDADE DA INTEGRAÇÃO INTERNACIONAL DA LUSOFONIA AFRO-BRASILEIRA. **Edital nº 29/2019, de 09 de julho de 2019** – Processo Seletivo Específico Para Pessoas Transgêneras e Intersexuais. Disponível em PROCESSO-SELETIVO-TTT_2019-2_29_19-1.pdf (uni-lab.edu.br). Acesso em 22 set 2022.